

Arquitectura na Lusitânia Romana

considerações à margem de um ensaio

José d'Encarnação^{a, @}

^a Academia das Ciências de Lisboa.

[@] Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Thomas Schattner assinou o volume 10 – *Arquitectura romana en Lusitania. Breve esbozo de edificios sacros y públicos* (2024) – da série levada a cabo pelo Museo Nacional de Arte Romano, de Mérida. Dá-se conta do interesse historiográfico desta série e analisa-se o bem significativo conteúdo do volume. Um volume denso de informação, que nos pareceu digno de comentário em relação a vários dos tópicos nele focados, no intuito de melhor se ajuizar da justeza da investigação realizada.

Palavras-chave

Lusitânia romana | arquitectura | pontes | templos | teatros | anfiteatros

Abstract

The volume number 10 of *Studia Lusitana* (from Museo Nacional de Arte Romano, Mérida) is dedicated by Thomas Schattner to the Roman architecture of Lusitania. A panoramic overview about the public buildings: temples, theatres, amphitheatres, baths, bridges ... Various comments are done on this paper to show the real interest of the volume.

Keywords

Roman architecture | bridges | theatres | temples | amphitheaters

1. Os *Studia Lusitana*

Numa iniciativa do Museu Nacional de Arte Romano, de Mérida, deu-se início, em 2004, à publicação de uma série com o nome geral de *Studia Lusitana*. A ideia era dar a conhecer o fruto da investigação sobre determinados temas da Lusitânia. Recorde-se que Mérida foi a capital dessa província romana e entre o Museu Nacional de Arte Romano e os docentes da Universidade de Coimbra e, depois, da Universidade de Lisboa e, de um modo geral, das universidades portuguesas, se foram estabelecendo, pouco a pouco, laços de muita amizade, camaradagem e estrita colaboração.

Assim, o primeiro volume, em 2004, foi de uma portuguesa, Pilar Reis, que deu a conhecer o trabalho que fizera no mestrado sobre termas e balneários romanos. Luís Rodrigues Gonçalves, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, traçou, em 2007, o panorama do que se conhecia sobre a escultura romana em Portugal, «uma arte do quotidiano». De Félix Teichner se publicou, em 2008, *Entre Tierra y Mar*, dois volumosos livros (texto e ilustrações), que constituem o mais completo estudo levado a cabo sobre seis *villae* romanas do litoral algarvio. A própria *alma mater* desta série, a Doutora Trinidad Nogales Basarrate, hoje Directora do Museu Nacional de Arte Romano, chamou a si a tarefa de editar os volumes com as actas de duas reuniões científicas: uma, sobre a cidade e o fórum na Lusitânia (2009) e outra que teve como temática uma panorâmica sobre as cidades romanas de Extremadura (2014). Houve oportunidade de se fazer a monografia sobre os trabalhos realizados no emblemático Castelo da Lousa entre 1997 e 2002, sob orientação de Jorge de Alarcão, Pedro C. Carvalho e Ana Gonçalves (volume 5). Adrian De Man tratou das muralhas tardias da Lusitânia (volume 6, 2011) e Vasco Gil Mantas deu conta do que então se conhecia do traçado viário na província (volume 7, 2012). No âmbito de uma exposição que esteve patente em Lisboa e em Mérida, subordinada ao tema «Lusitânia Romana, Origem de Dois Povos», foi o respectivo catálogo incluído na

série (nº 9, 2015).

Ou seja, praticamente tudo o que importava saber sobre a província da Lusitânia ali ficara já exaustivamente compendiado.

Faltava, porém, uma visão global sobre a arquitectura, nomeadamente o que poderia trazer-nos de novo a análise dos aspectos construtivos dos edifícios públicos. Teriam os arquitectos que trabalharam na Lusitânia seguido os cânones clássicos, sobretudo de acordo com as normas estabelecidas, por exemplo, no *De Architectura* de Vitruvius? Haverá possibilidade de se encontrar, na época romana e neste confin, algo de diferenciador, como vai acontecer, séculos mais tarde, com o estilo gótico que, tendo nascido para responder a necessidades edilícias estruturais, acabou por se prolongar no manuelino português, no plateresco de Espanha e no flamejante francês?

Tratara, sintomaticamente, de arquitectura o I volume (Paris, 1977) da série *Fouilles de Conimbriga*, que descreve os edifícios (públicos e particulares) identificados na cidade no decorrer das escavações luso-francesas; mas, decerto também devido à sua complexidade e, porventura, porque o relacionamento entre o arqueólogo e o arquitecto sempre se pautou pela diversa visão, a arquitectura dos monumentos arqueológicos tardou a merecer a necessária atenção.

Entre nós, será preciso esperar pelo espírito aberto de Theodor Hauschild (1929-2024) – a cuja memória (*Magister et Amicus*), aliás, o volume é mui justamente dedicado – para o arranque dessa nova perspectiva. Além da actividade ímpar que desenvolveu em Espanha (mormente na cidade romana de Munígia), devemos-lhe um olhar bem perspicaz sobre o teatro romano de Lisboa, a *villa* de Milreu e, de modo especial, sobre o templo romano de Évora. E será Mariana Soares Martins de Carvalho, qual herdeira do legado de Hauschild, que retomará brilhantemente esses estudos com a tese de doutoramento defendida na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 2022: *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*, que, em 2023, mereceu da Associação dos Arqueólogos Portugueses o Prémio Eduardo da Cunha Serrão, por se tratar de um trabalho pioneiro, que mui louvavelmente poderá vir a ser encetado em relação a outros monumentos.

Daí que – embora, no volume sobre cidade e o fórum, a arquitectura haja tido uma palavra a dizer – se haja expressamente incluído em *Studia Lusitana* um volume sobre esta promissora temática, lacuna que Thomas Schattner veio preencher: é o volume nº 10 (2024), *Arquitectura romana en Lusitania*, em língua castelhana. 130 páginas, adequadamente ilustradas com desenhos e fotografias, oportunas tabelas, exaustiva bibliografia (p. 103-127). ISBN: 978-84-617-3695-9. A edição é do Museo Nacional de Arte Romano.

O autor, alemão de origem, organizou em Portugal a sua vida familiar, tendo-se partilhado nos últimos tempos entre Madrid e Lisboa, na medida em que, entre 1996 e 2021, dirigiu o Departamento de Madrid do Instituto Arqueológico Alemão. Teve oportunidade de se integrar em equipas de investigação existentes em Portugal e em Espanha sobre línguas e culturas paleo-hispânicas e, de modo especial, da UNIARQ – Unidade de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, entidade onde, a partir de certa altura, Carlos Fabião e Amílcar Guerra passaram a ser responsáveis pela continuidade dos trabalhos quer no santuário de Endovélico (no Alandroal) quer na cidade de *Ammaia* (Marvão), e Thomas Schattner viria a integrar também essa equipa. Os 21 trabalhos seus citados na bibliografia do volume aí estão a documentar o seu grande interesse por esta área da história romana da Lusitânia.

2. «Um breve esboço»

De acordo com o subtítulo, trata-se de um «Breve esboço de edifícios sagrados e públicos». O objectivo do autor é, portanto, o de dar uma breve visão geral desses edifícios, do ponto de vista arquitectónico, um «inventário descritivo», primeiro passo que proporcionará a análise em termos de “romanização”, a integração «no contexto político, económico, religioso, social e cultural das *Hispaniae*» (p. 13, “Introdução”) sendo a

palavra-chave «diferenciação», ou seja, será que houve uma “tensão”, uma divergência entre, por um lado, a «diferenciação local, individualizadora» e, por outro, «a romanização homogeneizadora, trans-regional»?

Especifica-se claramente que o objeto do ensaio incide sobre a «arquitetura sacra e pública», isto é: os *fora* e os diversos tipos de templos, os teatros, anfiteatros, circos, termas, monumentos em arco, ruas com pórticos, pontes e muralhas urbanas.

Ainda na introdução, o autor assinala que vai seguir os limites da Lusitânia conforme têm sido estabelecidos ultimamente e, antes de entrar propriamente no tema, recorda que o mais difícil para ele foi a notória falta de material gráfico adequado, essencial para um tema como este: planos, cortes e outros desenhos.

Compreende o corpo essencial do trabalho a descrição miúda do que lhe foi possível analisar no domínio proposto. Aí encontrará, pois, o leitor, mormente se arqueólogo, uma recolha completa sobre o que foi escrito e discutido em relação a cada um dos testemunhos inseridos nas tipologias atrás citadas. Neste aspecto, o volume poderia assumir-se como valiosa actualização do que foi escrito até agora acerca dos monumentos analisados. Ainda mais valiosa seria, estou em crer, se, nesse âmbito, tivesse sido encarado não como mero ‘volume de síntese’, mas também desse prisma de estudo actualizado, para o que se postularia considerá-lo como ‘livro de consulta’, munido de índice temático e índice geográfico. Para responder, a título de exemplo, a perguntas como «Que há de novo sobre o monumento de Orjais?» ou «Que novas perspectivas temos, hoje, das muralhas de *Olisipo*?». A presença dos referidos índices facilitaria, em muito, ulterior pesquisa a partir daqui e aumentaria substancialmente o valor deste, já de si, mui valioso trabalho.

Nessa tentativa de colher especificidades locais ou regionais, não surpreenderá a dificuldade em responder à pergunta: «Conheciam os arquitectos lusitanos os tratados teóricos romanos, Vitruvius, por exemplo»? Será possível identificar, em panos de muralhas, algo de particular? Recordo-me, porém, que, no decorrer da visita feita, em Outubro de 1992, por ocasião do *X Congrès International d’Épigraphie Grecque et Latine*, ao criptopórtico de Arles, o arqueólogo nos chamou a atenção para um pormenor arquitectónico que, segundo ele, indicava claramente ter havido identidade de modelo em relação ao criptopórtico de *Aeminium* e até sugeriu a possibilidade de atribuição desse criptopórtico do Sul da Gália a *Caius Sevius Lupus, architectus Aeminiensis Lusitanus*, que fez uma dedicatória a Marte junto ao farol da Corunha.

Sabe-se do papel relevante da presença de um templo no espaço rural e no urbano. Nesse edifício, porventura mais do que noutros, a intervenção dos mecenas não terá sido despendida, sendo fácil suspeitar que a obediência a normas estéticas estabelecidas (por eventual determinação superior ou por mera questão consuetudinária) poderá não ter existido.

Seria, sem dúvida, aliciante concluir, depois da possível análise dos edifícios e das suas sucessivas reconstituições a partir dos elementos estruturais disponíveis, se houve, ou não, influências estéticas regionais.

Será, pois, ocasião oportuna para se lerem as conclusões a que Thomas Schattner logrou chegar e que optou por apresentar de forma envolta em manto sibilino:

«[...] Aqueles que esperavam pouco encontrarão muito em *Lusitania*; aqueles que esperavam modelos deficientes encontrarão – pelo menos, ocasionalmente – tecnologia de ponta; aqueles que esperavam uma simplicidade cansada encontrarão um espírito brilhante. Mas também uma diversidade florescente em soluções específicas e regionalismos cujo carácter estranho, na melhor das hipóteses, é reflexo de um sentimento ou duma proximidade indígena. Todavia, também todo aquele que tivesse esperado uniformidade não teria dificuldade em a encontrar» (p. 102).

Para concluir:

«Em suma, quando se segue o modelo da *urbs* ou de Itália, tanto na capital como na província, o que se pretende não é uma imitação precisa de Roma, mas sim a criação de ambientes específicos, sentidos como romanos, através da simulação dos seus referentes arquitectónicos» (p. 102).

A aparente inconclusão não desmerece – nem podia desmerecer! – o esforço feito, porque é legítima a questão de que se partiu, até porque, ao contrário do que sucede com a *Arquitetura* (ou, pelo menos,

pensa-se que sucedeu), atendendo à também mui cuidada investigação levada a efeito, outro tanto não sucede com a tipologia dos monumentos epigráficos, as chamadas cupas, por exemplo, como o recente estudo de Ricardo Campos (2023) o documentou: há ‘tiques’ que se diriam próprios de uma zona precisa, a ponto de a tipologia de uma peça ser capaz de nos esclarecer acerca do ambiente específico que a viu nascer ou, até, a oficina onde foi elaborada.

3. Considerações

Intitulei estas linhas de «considerações acerca de um ensaio». Ou seja, não me era possível ter a pretensão de fazer uma recensão crítica da obra, no sentido verdadeiro do termo. Tal desiderato exigir-me-ia ser leitor bastante informado acerca da temática em análise ou, de preferência, investigador que a vastos conhecimentos arqueológicos aliasse a capacidade de, oportunamente, chamar à colação, em cada específico momento desta análise, elementos que validamente complementassem, se necessário fosse, o que se escrevera. O que não é o caso.

Estamos, na verdade, perante um ensaio que convoca, a cada passo, adequadas informações, obtidas na prática ou hauridas na exaustiva bibliografia de que nas páginas 103 a 127 se dá conta. E aí residirá, a meu ver, a dificuldade em se encarar do volume uma leitura corrida, mormente por quem não estiver bem dentro dos temas abordados.

Demora-se o autor na miúda descrição dos monumentos. Uma obra de arquitectura pura e dura, dir-se-ia. Não se contém, no entanto, nesse patamar, porque o significado cultural fá-lo ‘saltar’ daí. Primeiro, muito provavelmente, a mera descrição é susceptível de entediar inclusive a quem faz e não apenas quem a lê; depois, rapidamente se entende que a forma se não restringe a uma função concreta utilitária: ultrapassa-a, na medida em que, por detrás, está o Homem que a inventou e lhe atribuiu essa função. O homem e o seu ambiente. O homem e as suas emoções, porque não?

Suscita-nos, pois, a leitura ricas e variadas pistas e não apenas no plano estritamente arquitetónico. Apontem-se também algumas dúvidas, a funcionar mais como sugestões que dimanam de um texto de densidade fora do comum (veja-se, a título de exemplo, a p. 54, totalmente ocupada por um único parágrafo de 36 linhas e 7 notas de rodapé), a demonstrar – importa repeti-lo – um ‘saber de experiências feito’, para usar a conhecida expressão com que Camões identifica o Velho do Restelo (*Os Lusíadas*, IV, 94).

3.1 O templo romano de *Pax Iulia*

Justifico essa densidade, através de um exemplo (aleatoriamente escolhido, confesso): o que se escreve, na página 51, a propósito da datação do templo de *Pax Iulia*:

«A sua datação em época de Augusto impede que seja associado a toda uma série de grandes prótomos de touros (veja-se, acima, o apartado: *Fora*), bem conservados e datados dos finais da época júlio-cláudia ou flávia. A sua vinculação a este edifício foi afastada, com razão, por Janine Lehman, assim como a hipótese de uma fase de construção posterior do templo (Hauschild 2002: 219)».

Verifique-se como, em três linhas e meia de texto no total, há a remissão para duas notas infrapaginais assim como para um outro capítulo e a alusão a dois autores, um dos quais com bibliografia citada entre parêntesis no texto e o outro a remeter para a nota. Uma atitude que, se bem observarmos, é recorrente no livro, prova de quão exaustiva foi a investigação levada a cabo.

No fundo, são duas as ideias que, nessas linhas, Thomas Schattner deixa bem claras, implícita ou explicitamente:

- 1ª) Concorde que o templo seja do tempo de Augusto;
- 2ª) Discorde que as cabeças de touro tenham servido de ornamento nesse templo, na medida em que estão bem datadas de finais do período júlio-cláudio ou flávio.

Importa, porém, clarificar o que tanto Janine Lehman como Hauschild afirmaram a esse respeito, porquanto, na louvável vontade de ser conciso, o autor remeteu para nota a opinião de Janine – os protomos «pertencem a um propileu, monumental, como entrada para a zona do *forum*» e o leitor, para melhor se inteirar deverá interromper a leitura aqui e ir mais adiante ao apartado intitulado «monumentos de arco». Quanto à afirmação de Hauschild, importa ir lê-la no original:

«Se o capitel de tipo coríntio, com características estilísticas de finais do século I d. C. [...] a ele efectivamente pertencesse, tornar-se-ia assim evidente que este templo não faria parte das construções do momento fundacional da cidade, sob César ou Augusto, ou então que teria experimentado uma renovação na época flávia ou na de Trajano».

Convenha-se que é informação densa em tão curto discurso. Como ensaio, antojar-se-ia a necessidade de uma leitura seguida e completa para melhor se acompanhar a justeza da argumentação e, conseqüentemente, das conclusões daí resultantes.

3.2 A informação bibliográfica

A apresentação da bibliografia é tema que se não pode ignorar, mormente nos tempos de hoje em que o recurso à informática e a cada vez maior intervenção (mesmo sem ser solicitada) da Inteligência Artificial exige o maior rigor. Um espaço a mais ou a ausência dele podem complicar a pesquisa, pois o motor de busca requer precisão. E, se não formos exactos, corremos sérios riscos de não obter os dados em apreço. Não será, por exemplo, de admirar que a IA, solicitada a indicar a autoria da frase atrás citada «co'o saber só de experiências feito», garanta 'a pés juntos' que a frase é de ... Paulo Freire!

E – aproveitando o ensejo para «considerações» que não serão todas expressamente em relação a esta obra de Thomas Schattner – começo pela informação bibliográfica, porque, além de ser o busílis dos autores (cada editor segue uma regra diferente de citação ...), a sua importância não carece justificação.

A primeira é mesmo uma dessas, de ordem geral: sou contra a indicação do nome próprio em sigla, na fidelidade a uma estranha norma vinda de fora. Compreende-se a ideia: evitar custos ou eventual desperdício de tempo; mas também se compreenderá que mencionar o nome próprio em sigla pode prestar-se a equívocos: é um autor ou uma autora? O problema está quando, no texto, se faz o desdobramento! Dá-nos o autor dois exemplos elucidativos, ao atribuir a Fernanda Barata (p. 52) artigos sobre Miróbriga: não é Fernanda, é Filomena! E, na p. 104, escreve que é dum Ferreira de Almeida, o livro sobre Miróbriga dos Célticos, que é de ... Fernando de Almeida.

São traiçoeiras as siglas, mormente se pensarmos que uma pesquisa na Internet carece de rigor, pois, caso contrário, poderemos perder tempo e não chegarmos a conclusões correctas. Dois exemplos:

– Na p. 103 (bibliografia), refere-se ALARCÃO, J., de – para citar Jorge de Alarcão. Observe-se que a vírgula a separar J. da preposição 'de' pode induzir em erro, levando a pensar que 'de' poderá ser outro nome, na medida em que, nas publicações francesas e italianas (nas portuguesas, os artigos e as preposições não são consideradas para efeitos de ordem alfabética), essas preposições 'contam': veja-se, na p. 109, «Di Maria» no rol da letra D. No caso em apreço, a vírgula não tem sentido.

Quanto à ordem pelo qual os nomes devem vir alfabetados, importa recordar que, em Portugal, o nome do pai é o último apelido. Assim, Fernando Branco Correia deveria ser CORREIA, F. Branco; Paulo Sá Caetano: CAETANO, Paulo Sá; Ana Pereira do Vale será colocada VALE, Ana Pereira (aliás, na p. 126, está no lugar certo, independentemente da citação incorrecta).

3.3 Dois templos singulares

Chamou-me a atenção *Salacia* (p. 51-55). Um dos dois edifícios sagrados sitos no recinto amuralhado «não só representam um exemplo importante e raro de continuidade de culto com achados arquitectónicos em Hispânia [...] como também a presença mais antiga da planta de um templo grego no Ocidente hispânico» (p. 54). Registe-se.

Recorde-se que foi nesse contexto arqueológico que se encontrou a mais completa *tabela defixionis* da Lusitânia (Encarnação e Faria 2002). A esse propósito, escreve Thomas Schattner: «A complicada alusão a

Cíbele no texto fez com que se haja considerado a possibilidade de ter sido o santuário dedicado a esse culto» (p. 52). De facto, servir-se de uma *tabella defixionis* como prova de «orago» carece de justificação. Quanto a ser ‘complicada’ a alusão a Cíbele não vejo motivo para tal, porquanto a invocação diz expressamente «Domine Megare invicte, tu, qui Attidis corpus accepisti», uma alusão clara ao mito de Cíbele, Mãe dos Deuses, e Átis.

Porventura noutra abordagem à arquitectura romana serão de ter em conta (perdoar-se-me-á se luto pela «minha dama» . . .), em jeito de complemento, as informações epigráficas. Poderia, desde logo, referir a provável erecção de um templete à *Bona Dea* por uma liberta em *Pax Iulia* (Encarnação e Grilo, 2020), de que, por enquanto, apenas subsiste o lintel do frontão, ou a circunstância de, em relação ao templo do fórum ossonobense, haver informação epigráfica, também no lintel, dos promotores da iniciativa. Mantendo-me, porém, em *Salacia*, além de a igreja de São João dos Azinhais se prefigurar como significativo santuário rural (Almeida e Paixão 1978), temos a singular dedicatória feita por *Vicanus* ao imperador Augusto, no ano 5/4 a. C., destinada, sem dúvida, a figurar na fachada dum templo.

Essa relação com os dados epigráficos não foi, porém, esquecida quando se abordou a problemática do templo descoberto em Orjais (Covilhã), cuja proposta de reconstituição arquitectónica foi apresentada já em 2013. Este é, porém, um dos casos em que, mui louvavelmente, Thomas Schattner (p. 55-56) se não escusa a discutir o significado do edifício, nomeadamente no que concerne à divindade aí venerada. Uma discussão, adiante-se, significativa, porque está em causa a hipótese de ter sido dedicado a uma divindade indígena, *Bande Brialeacus*, a que foram dedicados dois altares encontrados perto, ou a Júpiter Óptimo Máximo, númen patente em bastantes altares da região (veja-se Leitão 2023). Escreve o autor:

«Pelos vistos, o santuário de Orjais situa-se longe de um possível aglomerado populacional, pelo que, já à partida, pensar em Júpiter como divindade principal parece arriscado e tanto mais ao interpretar-se o santuário como santuário principal do povoado. Muito mais provável é a ideia de o considerar um santuário privado, não público, *extra muros*, para *Bande Brialeacus* [sic]» (p. 56).

O tema merece, na verdade, reflexão: compreende-se a progressiva substituição do culto a uma divindade indígena pelo culto a uma divindade romana, designadamente Júpiter Óptimo Máximo, a que são dedicadas muitas árulas, inclusive por indígenas; ressalve-se, porém, a circunstância de essas árulas não serem necessariamente provenientes de contexto urbano, o que demonstra a (pelo menos, aparente) facilidade como esse culto foi aceite pela população autóctone, por ser visto como à divindade maior do colonizador.

3.4 *Neptunale*

Bobadela, povoação do concelho de Oliveira do Hospital – e não a Bobadela próximo de Lisboa, como vem na fig. 33 (‘distribuição das muralhas romanas’) –, mereceu do autor tratamento especial, não por numa inscrição ter sido designada *splendidissima civitas*, mas pelo arco ainda hoje resistente ao tempo e, de modo especial, pelo anfiteatro que a saudosa Helena Frade e Clara Portas tiveram a oportunidade de identificar e descrever (1989).

Há, todavia, em Bobadela, uma inscrição intrigante, desde há muito retirada do seu desconhecido contexto original e incrustada na parede da igreja matriz. Mui larga tem sido a discussão do significado da palavra NEPTVNALE aí isoladamente patente. Para o autor, esse «pequeno templo no *forum* de Bobadela, que apresenta a inscrição inusual NEPTUNALE e que porventura pertence a um conjunto arquitectónico mais amplo» é, do ponto de vista tipológico, «um templo *in antis*» (p. 56). Na legenda da fig. 30, expressamente se escreve «inscrição do templo a Neptuno».

Tive oportunidade de proceder à revisão da problemática que essa inscrição poderia envolver e propus (2025, p. 248-250) que se tratava da identificação de um ninfeu, duma casa de fresco, inserida no contexto de uma *villa* romana. As casas de fresco constituíam, numa *villa*, como a própria palavra indica, o local onde os proprietários e seus convivas se refrescavam, por aí haver fontes ou pequenos espelhos de água. Neste caso, sob a protecção de Neptuno, para dar largas à imaginação: ali, no interior da Lusitânia, quão agradável seria, na refrescante amenidade, sentir, mesmo que apenas em pensamento, a suavidade da brisa marinha! . . . As casas de fresco, imitação dos ninfeus romanos virão a ser frequentes, séculos mais tarde,

nos abastados palacetes senhoriais.

3.5 Inventário

Não terá havido da parte de Thomas Schattner a intenção de apresentar um inventário exaustivo dos monumentos públicos, sagrados ou não, da Lusitânia romana. De resto, sabe-se bem, só se consegue colaborar na elaboração dum inventário a partir de algum que já esteja preparado; por isso, feito este, há sempre a sugestão de se incluírem mais alguns dados.

Por outro lado, apesar da já referida densidade do volume, haverá quem possa dar achegas ao que se mostrou, até porque há-de ter-se em conta que a investigação para um texto com este fôlego não parou no mês anterior ao da sua entrada para a tipografia; terminou bastante antes e, entretanto, novos dados poderão ter surgido. Aponto um sobre o qual a recente descoberta duma singular epígrafe levantou nova questão: os lugares marcados em teatros, anfiteatros e circos (Bernardes, Candeias e Encarnação, 2025; Encarnação 2026, p. 88-90). Não será grande novidade arquitectónica; contudo, do ponto de vista social, é pormenor a ter em conta.

No caso dos *fora*, afigurar-se-ia pertinente a referência aos criptopórticos. Trata-se, é certo, duma solução de engenharia, mas condiciona intrinsecamente o traçado das estruturas arquitectónicas. Não me refiro ao conhecido criptopórtico de *Aeminium*, que é citado, mas ao de *Olisipo*, que poderá ter sustentado, segundo alguns arqueólogos, um *forum boarium*, predominantemente ligado a actividades comerciais, dada a sua proximidade com o estuário do Tejo. Também em *Myrtilis* o criptopórtico ocupa lugar de relevo na estrutura urbana da cidade.

O rol exaustivo das termas foi, como se teve oportunidade de referir, elaborado por Pilar Reis (*Studia Lusitana* 1, 2004). Thomas Schattner elenca 9 (tabla 8, p. 78). Recorde-se que o autor seleccionou os edifícios de carácter público, ainda que, no comentário (p. 79), não deixe de fazer referência a termas privadas, onde, inclusive aponta especificidades lusitanas: «Pela sua frequência, o *laconicum* redondo [...] e as *suspensurae* arqueadas, como as conservadas na *villa* de Pisões, podem considerar-se características estruturais das termas lusitanas» (p. 79), ainda que acrescente, a concluir, que, «no seu aspecto, as termas da *Lusitania* provavelmente não se distinguem das termas da *Gallia Narbonensis*, por exemplo» (p. 81).

Poderá estranhar-se a não-indicação das termas de S. Pedro do Sul, onde foram efectuadas escavações, embora, devido ao aproveitamento do manancial na Idade Média, boa parte da estrutura romana terá desaparecido. Poderiam, no entanto, referir-se, inclusive por se ter posto a hipótese de terem estado sob a protecção da deusa *Sulis*, a exemplo do que acontece em Bath, na Inglaterra (Encarnação 2023). Também nas termas romanas de Monchique e de Monte Real se prestou culto a divindades específicas. Do ponto de vista arquitectónico, nada se conhece das termas de *Vipasca*; quiçá não teria sido despropositada a referência a o seu uso ter sido objecto de propositada regulamentação por parte do imperador (Domergue 1983).

Em suma:

Assim se prova o que é o resultado dum trabalho de pesquisa: apresenta a síntese do que se conhece; mas tal apresentação acaba por abrir novas pistas – o que redundará, obviamente, em enriquecimento global.

4. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge) e ÉTIENNE (Robert), *Fouilles de Conimbriga. I – L’Architecture*. Paris: Diffusion De Boccard, 1977. (2 volumes).
- ALMEIDA (Fernando de), PAIXÃO (Judite e António Cavaleiro), «Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal)», *Setúbal Arqueológica* IV, 1978, p. 215-226.
- BERNARDES (João Pedro), CANDEIAS (Celso) e ENCARNÇÃO (José d’), «Inscrição na antiga Quinta das Antas (*Conventus Pacensis*)», *Ficheiro Epigráfico* 280, 2025, inscrição nº 289.
- CAMPOS (Ricardo), *Um Tipo de Monumento Funerário Romano: As Cupae Líticas do Municipium Olisiponense*. Huelva: UHU.ES Publicaciones, 2023.
- CARVALHO (Mariana Soares Martins), *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144861>
- DOMERGUE (Claude), «La mine antique d’Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca», *Conimbriga* XXII, 1983, p. 1-205.
- ENCARNÇÃO (José d’) e FARIA (João Carlos Lázaro), «O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal», in RIBEIRO (J. Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 259-263. <http://hdl.handle.net/10316/30130>
- ENCARNÇÃO (José d’) e GRILO (Carolina), «Em Pax Iulia, um templo à Bona Dea!», *Scientia Antiquitatis* 4, 2020, p. 117-127. <http://hdl.handle.net/10316/92618>
- ENCARNÇÃO (José d’), «CIL II 403 – Reflexões em torno de uma ara perdida», *Mátria Digital* 11 (Dezembro 2023) p. 13-35. Santarém: Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão,. <https://hdl.handle.net/10316/111152>
- ENCARNÇÃO (José d’), «Apostilas epigráficas – 17», *Mátria* XXI 14, 2025, p. 239-259. <https://hdl.handle.net/10316/119400>
- ENCARNÇÃO (José d’), «Singularidades epigráficas», *Scaena* V, 2026, p. 84-91.
- HAUSCHILD (Theodor), «Templos romanos na província da Lusitânia», in RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 215-222.
- LEITÃO (Manuel), *Fontes Epigráficas para o Estudo do Culto a Júpiter em Portugal*, Castelo Branco: Euedito, 2022.
- PORTAS (Clara) e FRADE (Helena), «Descoberta de um anfiteatro romano em Bobadela», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 379-401.